

QUE "POVO BRASILEIRO" NO CAMPO DE FUTEBOL?

Simoni Lahud Guedes¹

RESUMEN: O futebol tem se constituído em vários países do mundo e, particularmente no Brasil, em um campo de debates acerca da nação e do seu "povo". As avaliações do desempenho dos selecionados nacionais dão margem a definições de realidade nas quais, muitas vezes sob a aparência de neutras análises técnicas e táticas, viajam inúmeras idéias e valores sobre o Brasil e os brasileiros. Neste texto pretendo demonstrar, através de duas concepções ideologicamente antagônicas que o campo de futebol é também, no Brasil, um campo no qual há uma intensa disputa acerca de quem tem o direito de dizer e no qual se expressam os conflitos acerca do que é o "povo brasileiro".

Este trabalho compõe-se de três partes: na primeira, argumento serem as avaliações sobre o futebol, no Brasil, importantes veículos para a divulgação de interpretações sobre a nação e o "povo brasileiro"; na segunda exporei uma destas versões, que, embora aparentemente datada, atualiza-se cotidianamente, nos clubes, na atuação dos dirigentes esportivos e, algumas vezes, dos técnicos de futebol, podendo ser amplamente interpretada como uma versão das elites; numa terceira parte apresento um discurso expresso por um jogador do selecionado brasileiro no contexto da Copa de 94, tendo igualmente como tema central o "povo brasileiro" mas veiculando avaliação distinta da anterior e reivindicando para o próprio "povo" o próprio direito de dizer.

PALABRAS CLAVE (KEYWORDS): povo brasileiro – identidade nacional – futebol brasileiro

1. O CAMPO DE FUTEBOL COMO CAMPO DE DEBATES

Num mundo em que as fronteiras nacionais são, cada vez mais, questionadas pelos movimentos do mercado intensificados por novas temporalidades e espacialidades propiciadas pelos avanços tecnológicos, especialmente na área das comunicações, a construção social das diferenças tende também, cada vez mais, a deslocar-se, dos domínios sociais valorizados, como a política e a economia, situando-se, com mais clareza, em alguns domínios sociais relativamente "residuais" da estrutura social. Tais domínios configuram-se como espaços nos quais a peculiaridade e a diferença – muitas vezes entendidas como "nacionais" – podem ser continuamente recriadas. É assumindo esta perspectiva que Archetti (1999) denomina os esportes, os jogos e a dança, por

exemplo, como “zonas livres”. Seriam, sob tal ponto de vista, redutos das emoções patrióticas, dos estilos nacionais, das especificidades da nação e do “povo” que a habita.²

Os esportes, de uma maneira geral, difundiram-se pelo mundo de maneira extraordinária no último século, configurando novos espaços de sociabilidade, novas corporalidades e, principalmente, novos territórios de criação de sentido e significação. Por uma série de razões, que não cabe aqui recuperar, o futebol é considerado hoje o mais difundido deles. No caso brasileiro, transformou-se no esporte nacional, inclusive porque – e é sob este ângulo que me interessa aqui – foi o que reteve a capacidade de representar o Brasil e os brasileiros em todas as circunstâncias. Do ponto de vista simbólico, seria uma das nossas principais “zonas livres”, compondo com uma série de outros aspectos também eleitos como peculiares,³ um elenco através dos quais veiculamos nossas representações coletivas sobre nós mesmos.⁴

Contudo, este não é um processo simples nem linear. Na verdade, uma característica específica dos esportes na modernidade, assumida com mais frequência pelo futebol, é o fato de sua existência como fenômeno social não se esgotar, absolutamente, na sua prática. É, por esta razão, classificado como “drama filosófico” por Bromberger (1998), considerando o fato de ser “discutível” como uma de suas principais características⁵: ele exige debates, discussões, avaliações, posicionamentos. O campo de futebol é, assim, também um campo de debates. No caso brasileiro, como nos lembra DaMatta, o futebol é um esporte nacional não apenas porque é jogado por muita gente, muitas vezes, mas também porque é tematizado todo o tempo,⁶ fazendo penetrar, muitas vezes, em nossos comentários, dimensões que transcendem em muito aquelas relativas ao jogo:

São abundantes, então, as amostras de que os comentários sobre o futebol são sempre levados a sério no Brasil. Algumas dessas questões têm um nítido caráter moral ou filosófico e dizem respeito não somente ao estado físico dos jogadores ou às condições do campo e equipamento utilizado, mas a problemas transcendentais, como a oposição entre o destino e a vontade individual; a divisão e a luta entre a dedicação e o treinamento e a sorte. (Damatta. 1982: 29)

Há, portanto, um outro futebol no qual se desenrola um jogo de palavras: aquele no qual são debatidas as idéias e os valores centrais que norteiam o que poderíamos chamar a cultura brasileira. É este espaço que se transforma num campo de debates sobre a nação

e o povo brasileiro. As representações sociais veiculadas através do futebol, até pela aparente inocuidade deste domínio social – o dos jogos, do lazer, do esporte – difundem-se e divulgam-se carregadas nos pés dos jogadores.e nas avaliações que a partir daí são produzidas⁷.

Mas se falar sobre futebol, comentar cada um dos seus aspectos, discutir eventos e sua interpretação é, também, uma espécie de esporte nacional no Brasil há, sem nenhuma dúvida, uma seleção dos que são admitidos ao debate “relevante”⁸ e, mais importante que isso, há alguns “discursos autorizados” (Bourdieu. 1996) que são matrizes e tema para os outros discursos. De fato, jornalistas e comentaristas esportivos são os intérpretes privilegiados do futebol, especialistas e peritos que “testemunham”⁹ sua prática e tudo que a cerca. Produzem, continuamente, mais ou menos desde a década de 1930, relatos e avaliações sobre futebol, divulgados pela mídia impressa, pelo rádio e, nas últimas décadas, pela televisão, muitas vezes sob a forma de intermináveis debates, acompanhados atentamente por milhões de pessoas.

Deste modo, uma pequena parte das discussões em torno do futebol é documentada e perpetuada na imprensa que produz, de fato, as leituras autorizadas dos eventos, consagrando determinadas versões e desqualificando outras. A especificidade deste “discurso de autoridade” “reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio” (Bourdieu. 1996: 91). A produção simultânea de um corpo de especialistas, de peritos, na produção dos textos e imagens que cercam o futebol é, pois, parte fundamental deste fenômeno multidimensional.

Contudo, além dos discursos dos jornalistas, há outros “discursos de autoridade”, um pouco menos frequentes porque seu lugar no mundo do futebol é a própria prática, de dirigentes e jogadores que, na maior parte das vezes, são difundidos após passar pelo filtro da própria imprensa. Trago, aqui, a versão de um dirigente esportivo (e também um acadêmico), sob a forma de um livro, originalmente um relatório feito a partir de sua posição como dirigente, e uma versão mais aberta, menos elaborada, de um jogador, apresentada através de entrevistas aos jornalistas. Ambos, contudo, tratam do mesmo tema: o “povo” brasileiro. Permitem que o futebol seja apropriado como este outro jogo,

mais denso: o das palavras e imagens em torno dele, no qual os “craques” nacionais são outros. Aqui podem ser debatidos, de fato, não a jogada duvidosa ou o novo esquema tático de um time, mas o que se entende como a composição étnica do “povo brasileiro”, suas carências, suas qualidades e defeitos.

2.O POVO MUDO E AS ELITES CIVILIZATÓRIAS

A primeira leitura do “povo brasileiro” que trago aqui é a João Lyra Filho (1954), expressa em seu relatório como chefe da delegação brasileira à Copa de 1954, na Suíça.¹⁰ Nesta avaliação, em princípio restrita ao campo esportivo, as considerações do autor decolam do espaço do jogo para incluir uma extensa análise, amplamente apoiada em autores que posiciona no campo “científico”, em que são as condições sócio-culturais dos “brasileiros” que respondem, de fato e em última instância, pela derrota do selecionado. Discurso duplamente autorizado, porque, além de importante dirigente esportivo e testemunha dos “bastidores” da atuação do selecionado, João Lyra Filho credenciava-se, ao mesmo tempo, como acadêmico consagrado e reconhecido.

Através de um texto muitas vezes contraditório, o autor em questão, incorpora, por exemplo, alguns pressupostos evolucionistas para interpretar o “estado” do “povo brasileiro”, confrontando-o, explícita ou implicitamente, com os europeus, que teriam atingido mais altos estados civilizatórios. Neste trecho é possível apreender o seu ponto central, fulcro de sua explicação como dirigente e como cientista social:

Ainda vivemos a época das multidões anárquicas, trabalhadas pela força dissolvente ou desencontrada dos instintos primários. Ainda não atingimos aquela idade viril a que se referiu Tavares Bastos. Nosso futebol expõe a posição física e cultural dos brasileiros. (Lyra Filho. 1954: 65)

Elaborando sua avaliação num registro erudito, num texto entrecortado por inúmeras referências acadêmicas, mesmo que não resista a uma crítica a seus fundamentos teóricos, o autor desenvolve sua argumentação a partir da identificação de jogadores e povo brasileiro, equação que lhe permite ultrapassar o terreno do jogo penetrando na análise do “povo” e da “nação”. É, portanto, na fragilidade do “povo” que residem as causas da derrota¹¹ do selecionado. Trata-se, nas palavras de Lyra Filho, de um “povo” *primário, instintivo, miscigenado, analfabeto*, em tudo e por tudo inferior aos europeus.

Atribuindo um papel explicativo central à noção de “raça”, noção que opera com um determinismo de ordem biológica contra o qual pouco se pode fazer, apresenta uma visão fatalista do “povo brasileiro”. Um “povo” pouco evoluído, cujos recursos mais importantes são ligados à natureza, como a *espontaneidade, a força física, a capacidade de improvisação*.

É este “povo” que é contrastado, o tempo todo, com os europeus, cujas características são opostas: *capacidade de raciocínio, predomínio da mente e do espírito, maturidade, autocontrole, cultura*.

Tão importantes quanto estas avaliações são duas de suas decorrências que sumário aqui.

A primeira, explicitamente apresentada pelo autor, é a necessidade de acompanhamento e direcionamento deste “povo” pelas elites, sob várias formas que preconiza para o caso específico do futebol. Recomenda, mesmo, uma atitude paternalista que pode ser interpretada como aspecto básico deste papel civilizatório atribuído às elites. Ora, é muito fácil reconhecer, na relação atual dos dirigentes esportivos brasileiros com os jogadores de futebol, a presença e atualidade desta atitude.¹² A visão do jogador-“povo” como *irresponsável*, justifica e sustenta o papel de direção das elites.

A segunda decorrência desta avaliação situa-se num outro nível de abstração. É a que sustenta que quem tem autoridade para falar sobre o povo são seus dirigentes, ou seja, reitera o “discurso de autoridade”, agora não mais ancorado no “testemunho” mas na maior “cultura”. Preconiza-se a permanência de um “povo” mudo diante de elites civilizatórias que falam, aqui, através do texto de um de seus dirigentes. O “povo” é, em suma, *o outro* que é preciso educar e dirigir.

3. O SALVADOR DA PÁTRIA COMO A VOZ DO POVO

Em 1994, exatamente 40 anos depois, em outra conjuntura histórica, é possível registrar um discurso distinto, agora de um jogador de futebol. Trata-se de Romário que, na Copa do Mundo de 1994, ocorrida nos Estados Unidos, por várias razões, em particular seu talento como goleador, suas declarações polêmicas e uma conjuntura esportiva

específica, centralizou simbolicamente a campanha brasileira nesta competição vitoriosa. Este jogador habilita-se, em princípio, como um intérprete autorizado dos acontecimentos pela sua própria presença em seu centro pois, mais que “testemunha”, é um ator. Contudo, são muito restritas as possibilidades, no Brasil, de um jogador de futebol, em princípio amplamente identificado com o “povo”, ser ouvido quando suas avaliações ultrapassam as quatro linhas que delimitam o campo de futebol.

Esta é a maior peculiaridade de Romário, na Copa do Mundo de 1994. Nas inúmeras entrevistas e declarações aos jornais, no período ritual da Copa do Mundo, centro que era de todas as atenções da mídia, constantemente reiterava uma visão do “povo brasileiro” como um *povo sofrido*, cheio de problemas como a *fome e a miséria*. Referia-se, também, às *peessoas abandonadas* – expressão com a qual dirige, explícita e implicitamente, uma crítica aos dirigentes políticos - às quais dedicava seus esforços para a obtenção do campeonato. Vai elaborando, assim, no decorrer do campeonato, afinal vitorioso, uma interpretação política da “nação”, do “povo brasileiro” e dos seus dirigentes. Sem apoiar-se em qualquer conhecimento proveniente das ciências sociais, o jogador credencia-se para o debate tomando como mesmo ponto de partida aquele de Lyra Filho: jogador é “povo”. É, portanto, do lugar do “povo” que fala, habilitado por sua trajetória, comum à maioria dos jogadores de futebol no Brasil, proveniente da classe trabalhadora.

Se, à primeira vista, o território no qual se situa esta versão é o mesmo do anterior, em que a *pobreza e miséria* fornecem os referentes maiores da categoria “povo brasileiro”, constata-se aqui uma fundamental metamorfose. Não são mais a *raça*, os *males crônicos hereditários* ou quaisquer atributos específicos os causadores de suas dificuldades – e nem mesmo de seus fracassos no futebol¹³ -, sugerindo-se (e não mais do que isso) que são causados ao povo. Ou seja, este discurso contém uma dimensão fundamental através da qual diferencia-se e opõe-se ao anterior pois não supõe um “povo” que contenha em si mesmo a causa de seus próprios problemas, situando-os, ao contrário, na forma como as elites têm conduzido o país.

Talvez, contudo, mais importantes que suas declarações explícitas, nas quais prometia a Copa do Mundo para este *povo sofrido*, como se fosse um *prato de comida para esse povo que está com fome*, seja o fato de que, em nenhum momento, admitia estar falando

de um *outro*. Independentemente de seu sucesso, prestígio e riqueza e, a despeito de quaisquer implicações demagógicas que se quisessem atribuir à sua fala, o jogador Romário incluía-se na abrangência do termo, considerando-se, todo o tempo como alguém do “povo”. Desse modo, suas declarações eram duplamente desafiadoras. Em primeiro lugar, porque trazia um tipo de discurso incomum para jogadores, um discurso que ultrapassa as fronteiras do que estão autorizados a dizer,¹⁴ reiterando, a todo momento, a *miséria do povo brasileiro*, aproximando-se, por esta via, de um discurso político. Em segundo lugar – e este é o aspecto mais surpreendente de sua fala - porque, colocando-se como “povo” (e não como elite culta pronta a dirigir o “povo”), pretende estar falando do lugar do “povo”. Nesse sentido, coloca-se como o “povo” que fala logo, que critica e reivindica. Fala a partir da experiência vivida e não do saber culto.

O discurso de Romário, neste contexto ritual, portanto, é autorizado, sublinhado e reforçado por sua própria trajetória no futebol em que notabilizou-se como um jogador *polêmico*, freqüentemente no noticiário em função de desavenças com clubes e dirigentes, com acusações de *indisciplina*, gerando relatos controversos sobre sua vida pessoal e profissional mas que, todo o tempo, reforça e sustenta os valores básicos de referência para os trabalhadores. Valoriza, sobretudo, a *família*, não esquece seu *local de origem*, nem seus *amigos*.¹⁵

Na verdade, este jogador alinha-se num conjunto amplo de jogadores que, no Brasil, receberam o epíteto de *rebeldes*.¹⁶ Ora, esta rebeldia, neste caso e contexto especificamente configura-se como uma luta pelo direito de dizer. A partir da mesma identificação feita pelas elites entre jogador e “povo”, esta fala representa uma tentativa de habilitar-se como interlocutar neste segundo debate, nem sempre explícito, que o futebol propicia. Falar para o “povo”, sobre o “povo”, mas do lugar do “povo”, podendo sustentar, através de seu estilo de vida essa identificação, é o que pode ser entendido a modo de resposta às pretensões civilizatórias e prolixamente expostas dos dirigentes. Não deixa de ser, sob tal perspectiva, uma forma de resistência política, inclusive a este papel auto-atribuído das elites.

Multiplicar as vozes e perspectivas sobre a nação e o “povo brasileiro” que tem o futebol como veículo maior é, sem dúvida, um desafio que, de modos distintos, tem sido assumido pelos jogadores que os clubes e dirigentes designam como *rebeldes*. Muitos

deles, tal como Romário em 1994, buscaram apresentar-se como interlocutores das elites civilizatórias neste campo, mais complexo e atualizador de outras forças, que transforma o futebol num campo de debates sobre a nação e o seu “povo”.

REFERENCIAS

Archetti, E. P. – *Masculinities: football, polo and the tango in Argentina*, Oxford e New York: Berg: 1999

Bourdieu, P. – A linguagem autorizada. As condições sociais da eficácia do discurso ritual. *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo 1996: Edusp.

Bromberger, C. – *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*, Paris: Bayard Éditions, 1998, p. 7-57.

Florenzano, J. P. – *Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo 1998: Musa Editora.

Fry, P. – *Feijoada e soul food: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais*. Para Inglês Ver. *Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro 1982: Zahar.

Guedes, S. L. – Malandros, caxias e estrangeiros no futebol: de heróis e anti-heróis. Gomes, L., Barbosa, L. e Drummond, J. A. (orgs.), *O Brasil não é para principiantes. Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Guedes, S. L. – *O Brasil no campo de futebol: estudos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: Eduff, 1998.

Lyra Filho, J. – *Taça do Mundo, 54*. Rio de Janeiro 1954: Pongetti.

Mazzoni, T. – *História do Futebol no Brasil: 1894-1950*. São Paulo 1950: Edições Leia.

Rodrigues, F. M. – *O negro no futebol brasileiro*, Rio de Janeiro 1964: Civilização Brasileira.

Sahlins, M. – *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro 1979: Zahar.

NOTAS:

¹ Simoni Lahud Guedes: Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política Universidade Federal Fluminense – Brasil. Comunicação originalmente apresentada no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, na cidade do Porto em Portugal, em setembro de 2000. simonilahud@uol.com.br

² Embora se deva considerar que tais domínios assumem importância econômica extraordinária no mundo contemporâneo, como é facilmente verificável pelas cifras que envolvem, permanecem “residuais” da perspectiva de sua valorização sócio-cultural. Esta forma de colocar a questão, certamente, é tributária de algumas observações centrais da antropologia, mais particularmente das reflexões de Sahlins (1979) acerca da sociedade burguesa e dos diferentes pesos simbólicos atribuídos a distintos domínios sociais nas estruturas sociais.

³ Peter Fry (1982), a partir do exemplo da feijoada, chama a atenção para o fato de, no Brasil, serem instituições e práticas provenientes das camadas dominadas da população, dos escravos mais precisamente, que assumem o lugar de símbolos nacionais. Assim, o samba, o candomblé, a umbanda, a capoeira, como a feijoada, teriam sido, de certo modo, apropriados pelas camadas dominantes e, neste sentido, “a adoção de tais símbolos era politicamente conveniente, um instrumento para assegurar a dominação mascarando-a sob outro nome” (p. 52). Contudo, sustenta também a hipótese de ser a peculiaridade destes produtos culturais a característica que os torna elegíveis para a representação nacional. Outros autores consideram que, a partir da difusão da perspectiva do romantismo alemão, no século XIX, este seria um processo mais geral.

⁴ Lugar que, sem dúvida, o futebol ocupa em diversas partes do mundo. Contudo, embora sendo, ao contrário do candomblé e da feijoada, um produto cultural mundializado, uma de suas características mais importantes é, justamente, esta capacidade de representar as especificidades, através, por exemplo, dos chamados “estilos nacionais”.

⁵ “Le match de football campe ainsi un univers discutable en se prêtant à une multitude d’interpretations sur les poids respectifs du mérite, de la chance, de la justice et la tricherie sur le chemin du succès. Et c’est sans doute cette caractéristique – la discutabilité – qui confère au football la qualité de “drame philosophique”. (BROMBERGER, 1998, P. 52, grifos do autor).

⁶ No caso brasileiro, conversar sobre futebol, inclusive, pode ser uma das maneiras de estabelecer relações e, ainda, encontrar temáticas comuns a interlocutores provenientes de segmentos sociais bastante distintos.

⁷ É importante acentuar que essa “inocuidade” foi incorporada, durante muito tempo, pelos cientistas sociais que apenas nos últimos vinte anos, começaram a interessar-se por essas instituições, sem perceber que, exatamente por isso, transformaram-se em veículos privilegiados para a construção, reconstrução e difusão de idéias e valores sobre o Brasil e os brasileiros.

⁸ Nocaso brasileiro, por exemplo, as mulheres são, em geral, desqualificadas nesta discussão, já que entendemos o futebol como “coisa prá homem”. Embora, recentemente, o futebol feminino tenha começado a se implementar no país e, além disso, algumas mulheres tenham se habilitado ao debate – há alguns casos de jornalistas e comentaristas – o lugar feminino predominante é, ainda, do meu ponto de vista, o de espectadora muda.

⁹ Presenciar os eventos ligados ao futebol é considerado como condição *sne qua non* para habilitar-se como seu intérprete. É interessante, sob tal ponto de vista, tomar o modo como qualificam seu trabalho dois jornalistas que escreveram dois dos mais importantes livros sobre a história do futebol brasileiro. Mazzoni (1950) diz que seu trabalho não é tipo “ouvimos dizer” e Mário Filho sustenta estar escrevendo a “verdade pura e simples”, baseados, ambos, em sua intensa e cotidiana convivência no mundo do futebol.

¹⁰ Para maiores detalhes sobre o texto e o autor ver o artigo “O povo brasileiro no campo de futebol” em Guedes, 1998.

¹¹ Na verdade, há inúmeras razões para sustentar que a discussão, em 1954, ainda é referente à *tragédia de 50*, ocasião em que, como se sabe, o selecionado brasileiro perdeu a final da Copa do Mundo, no Maracanã, para o time uruguaio, sendo considerada como amplamente favorita.

¹² Para um exemplo ver Guedes, 2000.

¹³ Um aspecto interessante do discurso deste jogador é que ele recusa esta ligação e, até, a apropriação do futebol pelos políticos (ver GUEDES, 1998).

¹⁴ No Brasil, há uma expressão que indica de modo muito adequado a forma como são avaliadas as capacidades intelectivas dos jogadores de futebol: “jogador pensa com os pés”.

¹⁵ Desenvolvi considerações sobre a imagem deste jogador no texto “O salvador da pátria” em Guedes, 1998, trabalho no qual busco demonstrar a presença destes aspectos na trajetória do jogador.

¹⁶ Para dois casos exemplares, associados pelo autor a uma escalada do processo de disciplinarização a partir da década de 60 no Brasil, ver Florenzano (1998).